



O RECONHECIMENTO INTERSUBJETIVO PARA FORMAÇÃO DA IDENTIDADE PROFISSIONAL DO ENGENHEIRO CIVIL

Mariana C. B. Pereira – marianaburatto@yahoo.com.br
Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Rod. Dom Pedro I, km 136, Parque das Universidades
13086-900 – Campinas – São Paulo

Artur J. R. Vitorino – arturvitorino@uol.com.br
Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Rod. Dom Pedro I, km 136, Parque das Universidades
13086-900 – Campinas – São Paulo

Resumo: *Os engenheiros desempenham papel fundamental no desenvolvimento tecnológico do país, sendo sua formação voltada para métodos e técnicas, geralmente excluindo aspectos do desenvolvimento pessoal como a identidade profissional, que estão ligados com o reconhecimento por meio da intersubjetividade, inseridos no paradoxo entre o prestígio e a legitimação da profissão. Este artigo tem por objetivo iniciar a discussão entre as relações entre reconhecimento e formação da identidade profissional do engenheiro civil, no contexto escolar e analisando se, caso os professores se sensibilizem para o reconhecimento, e conseqüentemente para a identidade profissional, poderia-se promover uma mudança na forma como a sociedade enxerga esse profissional, rompendo com o paradoxo existente e legitimando a profissão. Pretende-se que a pesquisa contribua com o debate no campo da educação em engenharia, mais especificamente da engenharia civil, uma vez que se configura como uma área importante e necessária ao desenvolvimento tecnológico do país, não havendo trabalhos que discutam a temática do ensino, reconhecimento e identidade profissional.*

Palavras-chave: Reconhecimento, Identidade profissional, Engenharia Civil..

1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa versa sobre os conceitos de reconhecimento e identidade profissional no ensino universitário de engenharia civil. Este tema não é muito investigado por a área de engenharia civil por fazer parte do que se conhece por Ciências Exatas, focada na matemática e exatidão de processos do que em pessoas, mas é de extrema importância, pois a atuação prática desse profissional se dá pelo inter-relacionamento entre pessoas e processos. Por haver esse inter-relacionamento, há uma espécie de “manual de conduta” tanto entre os pares quanto da sociedade ao qual está inserido, da forma como deve atuar, como deve se portar e cujo resultado seria a internalização de funções próprias do seu trabalho em seu modo de ser. Assim, sua identidade profissional passa a ser sua identidade pessoal, intimamente ligadas.

Esse “manual de conduta” faz com que se pense, por exemplo, que um engenheiro civil seja caracterizado por aquele profissional que atua diretamente no campo, com a mão de obra



operária que, no jargão profissional diz-se “engenheiro pé-de-barro”. Essa ideia foi absorvida pela sociedade e pelos pares, de forma que, um profissional, ao escolher atuar em outra área da Engenharia Civil (e são muitas as áreas em que se pode atuar) seja visto como de menor capacidade, ou seja, não se é reconhecido como profissional digno de ser denominado com engenheiro (a) civil.

O conceito de reconhecimento empregado neste trabalho, está presente no livro “Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais”, de Axel Honneth (2009). De acordo com este autor, a formação da identidade se faz por meio da luta por reconhecimento realizada na sociedade, cuja formação dessa identidade ocorre por meio da intersubjetividade, a qual essa se desdobra em três meios: através das experiências do amor, na experiência do direito e na experiência da solidariedade, levando à autorrealização pela autoconfiança, o autorrespeito e a autoestima. Assim, os indivíduos formam sua identidade apenas quando forem reconhecidos.

Quando há qualquer forma de desrespeito a qualquer uma das experiências dos atores, o mesmo pode tornar-se motivação para as lutas sociais, à medida que evidencia o outro que impede a realização do que julga como bem viver. Assim, a luta por reconhecimento é fundamental para o desenvolvimento moral da sociedade e dos indivíduos (MARTINS, 2010).

O conceito de moral está ligado ao conceito de ética e, para Honneth (2009) a ética é essencialmente coletiva, sendo o conjunto de costumes de uma população, numa supervalorização do elemento social em detrimento do individual. Assim a ética precisa sempre ser contrabalanceada pela responsabilidade individual, com a consciência individual, que concernem à moral, pois somente desta forma o sujeito pode ter uma atitude ou comportamento eticamente corretos, pois é dirigida pela moral. A educação (e o professor) tem papel fundamental na construção dessa forma de pensar intersubjetivamente a ética e a moral.

E, se essa moral é adquirida também pela educação, então é necessário se pensar de que forma esses futuros profissionais estão sendo formados; uma vez que os professores tem influência na forma como os pares se reconhecem e, como consequência, como se inter-relacionam e como o aprendizado dessa inter-relação é passado de geração para geração através do ensino. Poderia esse ensino ajudar a sociedade a “ver” estes profissionais de uma forma diferente, modificando o seu meio? Por este motivo o trabalho também está relacionado com as políticas públicas para educação, buscando-se responder às seguintes questões: para o engenheiro civil, está clara sua identidade profissional em relação à sua atuação profissional? Sua formação acadêmica auxilia no reconhecimento intersubjetivo e posterior formação de sua identidade? A forma como são concebidas as políticas públicas, voltadas para o ensino superior, ajudam ou dificultam nesse processo? Os professores têm bem definida sua identidade profissional, com capacidade para transmitir e formar desta forma os alunos?

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

2.1 Reconhecimento

Como seres humanos e inseridos em um contexto social, as relações sociais – ou intersubjetividade - fazem parte de nossa vida, e essas relações podem tanto permitir nosso crescimento pessoal quanto nos tolher, dependendo do tipo de relação que estabelecemos com os outros pois toda relação social pressupõe um reconhecimento e este é necessário para a compreensão dos complexos processos sociais. Todos almejam ser reconhecidos. Seja em nosso papel pessoal ou em nosso papel profissional, ou nos vários papéis que representamos em nossa vida, todos precisamos que alguém interaja conosco e nos aceite como pessoa.

Organização



UDESC
UNIVERSIDADE
DO ESTADO DE
SANTA CATARINA



UNISOCIESC
Educação e Tecnologia

Promoção



ABENGE
Associação Brasileira de Educação em Engenharia



A problemática do reconhecimento é uma preocupação antiga na história do pensamento humano, remetendo a questões acerca do relacionamento do “eu” consigo próprio e com o outro (Bendasoli, 2012), e, atualmente, é utilizada como discurso das “minorias” para terem suas diferenças reconhecidas e seus direitos assegurados.

A ideia do reconhecimento parte da convicção de que, conforme Mead (2010), os indivíduos são o que são através dos outros, e por isso são dependentes da relação eu-outro, da intersubjetividade. Busca-se, com isso, compreender que a identidade não é algo dado anteriormente, mas que se constitui pelos processos de reconhecimento.

Conforme Honneth (2009), a discussão sobre reconhecimento está presente em Hegel, que entendia o reconhecimento como um processo intersubjetivo de constituição progressiva da identidade, no marco de sucessivas e cada vez mais complexas formas de socialização, sendo o reconhecimento o conjunto entre indivíduo e sociedade. Para ele, a luta dos sujeitos pelo reconhecimento de sua identidade gera uma pressão social para que estabeleça instituições que garantam a liberdade pretendida pelos indivíduos.

Para tanto, Hegel faz análise, primeiramente, dos autores Nicolau Maquiavel e Thomas Hobbes. Para Maquiavel, o homem é um ser egocêntrico e preocupado consigo mesmo, e a relação social que desenvolve é a de luta por autoconservação, pensando sempre em obter estratégias capazes de levá-lo a êxito. Já Hobbes, cento e vinte anos mais tarde, apoia-se na ideia de que o homem possui a capacidade de empenhar-se para seu bem-estar futuro e estabelece relações de poder com o outro, mantendo-se impenetrável ao outro com relação ao propósito da ação.

Pode-se entender que essa luta por autoconservação é uma luta física, pela qual os sujeitos criam condições para que o reconhecimento aconteça. Mas, para Hegel, por o homem estar inserido em uma sociedade com regras e leis – as quais deve cumprir – não pode ter embates físicos, sendo, então, as lutas por reconhecimento serem realizadas pela eticidade.

Quando começa a pensar na questão do reconhecimento, Hegel percebe que a intersubjetividade é o item mais importante da sociedade, a qual os sujeitos não podem estar incluídos “senão pela liberdade negativa do Direito formal” (Honneth, 2009, p.38). Por Direito, entende-se o “conjunto de normas que regem os comportamentos e relações da sociedade” a qual é necessária que todos os indivíduos inseridos nessa sociedade sigam para que consigam realizar suas vontades.

Para Hegel, o Direito é mais do que a regulação da vida social. Para Safatle (2012):

"Direito" são: Todos aqueles pressupostos sociais que se mostraram necessários para a realização da 'vontade livre' de cada sujeito individual. Tais pressupostos sociais englobam o ordenamento jurídico atualmente existente com sua dinâmica conflitual interna, as instituições políticas que compõem o Estado moderno, as relações intersubjetivas de amor que se dão no interior da família, a disposição subjetiva formada a partir da internalização de preceitos morais, a dinâmica do livre-mercado, entre outros. Eles ainda devem estar, de uma certa forma, assegurados (ou em processo de garantia) no interior dos quadros atuais do Estado moderno (SAFATLE, 2012, p.3).

Assim, Hegel considera que existem dois erros básicos no Direito: (1) admitir os modos de comportamento como naturais e como atos isolados pelos quais o homem se reprime ao agir eticamente (indo contra sua natureza) e (2) pensar as ações éticas como resultado de um processo racional, excluindo-as da natureza humana. Essas duas maneiras pressupõe sujeitos isolados, agindo cada um por si, visto que cada sujeito tem desenvolvido seu conceito de ética. Hegel entende que uma sociedade harmônica só pode ser entendida como uma



comunidade eticamente integrada (Honneth, 2009). Dessa forma, prossegue com a Teoria da Eticidade e volta-se para o estudo da doutrina de Fichte para auxiliar em sua teoria.

Para Fichte, o reconhecimento é uma ação recíproca entre os indivíduos, e Hegel concorda com isso ao proferir:

Na medida em que se sabe reconhecido por outro sujeito em algumas de suas capacidades e propriedades e nisso está reconciliado com ele, um sujeito sempre virá a conhecer, ao mesmo tempo, as partes de sua identidade inconfundível e, desse modo, também estará contraposto ao outro novamente como um particular (HONNET, 2009, p.47).

Assim, o reconhecimento está em constante movimento, e é realizado em partes, de forma que os sujeitos estabelecem uma relação ética intersubjetiva e ao mesmo tempo em que vão desenvolvendo sua identidade e seu Eu. Esse novo Eu, agora mais profundo e ainda não conhecido pelo outro, necessita ser reconhecido por este, fazendo com que ocorra esse movimento que Hegel chama de reconciliação e conflito, que vão ocorrendo ao mesmo tempo e vão substituindo as etapas anteriores.

Esse processo ocorre sob uma tensão e, nesse processo, se houver uma etapa em que o reconhecimento não for realizado, surge o conflito. O sujeito, então, passa a lutar pelo reconhecimento, mas não pela autoconservação, como dizia Maquiavel e Hobbes, e sim uma luta por sua individualidade e identidade pessoal.

Axel Honneth retoma os escritos de Hegel e de George Mead para formular sua teoria do reconhecimento, associada à uma nova concepção de identidade. Para ele, a identidade individual é constituída através das relações entre os indivíduos (chamados de processos intersubjetivos), orientados pela busca de reconhecimento. De acordo com Bechi (2015), ao ser reconhecido pelos parceiros de interação, o sujeito chega a novas formas de autorrelação positiva. Isso prova que é somente pela via da experiência de reconhecimento que os atores sociais podem assegurar a autorrealização e a integridade pessoal.

Mas o que é esse reconhecimento? Para Honneth, o desenvolvimento humano e a autorrealização pessoal dependem das relações éticas bem estabelecidas, e estabelece padrões subjetivos, que são a dedicação emotiva - amor - (que gera a autoconfiança), o reconhecimento jurídico - direito - (que gera o autorespeito) e assentimento solidário - solidariedade - (gerador da autoestima). Assim, o não-reconhecimento, provocado pelas experiências de desrespeito, impede a construção da identidade.

Existem três formas de desrespeito que impedem o reconhecimento: (1) violências físicas que impeçam os indivíduos disporem livremente de seus corpos; (2) negação de direitos que evidenciam os limites da igualdade universal e (3) a depreciação apriorística dos indivíduos (MENDONÇA, 2013).

O reconhecimento está relacionado com a identidade pessoal, que relaciona-se com a identidade profissional. Assim, se esse reconhecimento não for bem estabelecido, não será possível desenvolver a identidade pessoal ou profissional do sujeito.

2.2 Identidade profissional

Com o fim de buscar um referencial teórico para explicar como se forma a identidade profissional – aqui restringida à identidade profissional do engenheiro civil - esta investigação, como já foi exposto acima, toma como aporte central a forma como Axel Honneth (HONNETH, 2009) lida com a normatividade na autorrealização do indivíduo por meio do que ele denomina de “luta por reconhecimento”.

Esse filósofo realiza o seu debate teórico no interior da tradição conhecida como Teoria Crítica, teoria esta, que partiu, em seu fundamento, de uma análise da sociedade como



estrutura de produção. Depois, a Teoria Crítica foi transformada por Habermas na análise da sociedade como estrutura de comunicação, que, por sua vez, foi reorientada, por Honneth, sob a perspectiva normativa, cujo enfoque é o de abrir o paradigma da compreensão defendido por Habermas para a atualização do conflito social ou de uma concorrência e de uma luta entre os sujeitos socializados, rumo a uma concepção do social calcada nas relações de comunicação pela orientação mais rígida de uma teoria do conflito elaborada por Honneth. Neste sentido, Honneth se aliou à concepção de Max Horkheimer de ancorar a Teoria Crítica na luta cotidiana dos oprimidos, e, concomitantemente, operou sua teoria no interior de um modelo mais amplo, como propõe Habermas, para construir uma teoria que priorize analiticamente o conflito, pois as formas de desrespeito são fontes de conflitos sociais, ao indicarem que os componentes da personalidade, que são ameaçados pelas formas de desrespeito - a integridade física, a integridade social e a dignidade da pessoa – estabelecem uma inter-relação entre experiências individuais e experiências de grupo.

Este trabalho vai se ater, dentro dessa teoria proposta por Honneth, a descrever e perscrutar que a autorrealização do indivíduo pelo reconhecimento é fruto, também, da sua inserção do mundo adulto pelo qual ele exerce uma profissão. E como a construção de seu Eu se estrutura diuturnamente pela forma como o Me se torna objeto e cuja dobra no Self vai dando os contornos de sua autorrealização, cujo ponto nodal passa pelo reconhecimento pelo Outro – e este outro são aquelas pessoas pelas quais convivemos diariamente – no caso da geração de uma identidade profissional – como é o caso aqui do profissional engenheiro civil – ela não nasce do dia para noite, e nem somente por meio de um curso de duração por cinco anos. Essa identidade profissional é gerada da forma como é gerada a nossa autoestima pelo reconhecimento.

Ou seja, desde como vamos estruturando o nosso Eu – pela tríade I, Me e Self, conforme nos mostrou George Mead e retomado por Axel Honneth – e mesmo depois de adultos, quando ingressamos na faculdade para fazer um curso (de Engenharia Civil), o Outro mais forte deixa de ser o círculo familiar e passa a ser o mundo do trabalho, no qual realizamos a intersubjetividade com os mesmos, fator preponderante de como nos enxergamos a nós mesmos.

Na nossa vivência no ensino superior, quando interagimos com os nossos mestres e demais colegas, a forma como esses professores e demais colegas nos comunicam normativamente como somos, essa interação age e retroalimenta a nossa auto-imagem (o Self, o si mesmo). Assim, a geração de uma identidade profissional está presa ao reconhecimento, tal como foi explicitado por Axel Honneth.

O Self é gerado a partir do Me e do Eu, que se contrapõe, sendo o Me quando o indivíduo se vê como objeto de si mesmo, através do outro. Significa que o indivíduo, enquanto sujeito, somente consegue se reconhecer a partir da perspectiva do outro. O Eu, por sua vez, diz respeito à construção social do indivíduo, para sua autonomia pessoal, são as reações deste às formas do Me, ou seja, em relação à perspectiva do outro, na qual essas reações se exteriorizam, conforme Honneth (2009, p.145) “ao encontrar assentimento do outro generalizado”.

Mas existe uma tensão entre o Me e o Eu, pois o Eu deve reagir conforme as normas incorporadas no outro generalizado, de forma a ter o Me reconhecido, ocasionando também uma luta por reconhecimento.

Para Mead (2010), “a autorrealização é um processo em que o sujeito desenvolve capacidades e propriedades de cujo valor para o meio social ele pode convencer com base nas reações de reconhecimento de seu parceiro de interação”. Ou seja, tem-se aqui que para a construção da identidade, o Me quer entender a si próprio como personalidade única e



insubstituível (quer que os membros da sociedade vejam isso), de forma que sua reação (seu Eu) seja positiva, podendo haver o reconhecimento e sua autorrealização.

Ou seja, não quer ser mais reconhecido de forma intersubjetiva como uma “pessoa de direito”, e sim por suas particularidades individuais, por aquilo que é único em si. Como a autorrealização requer entender-se a si próprio como sujeito singular, de forma a distinguir-se dos demais ao trazer uma contribuição útil para o processo da vida social, o indivíduo é capaz de respeitar-se a si mesmo por ter contribuído de forma positiva para a coletividade. Para Mead, a autorrealização e a experiência do trabalho útil estão vinculadas, e Honneth (2009, p.150) corrobora com essa afirmação ao dizer “A medida de reconhecimento demonstrada a um sujeito, que cumpre ‘bem’ a função atribuída a ele no quadro da divisão social do trabalho, basta para lhe proporcionar uma consciência de sua particularidade individual”.

A partir desse ponto, Mead começa a pensar na desvinculação entre a autorrealização e coletividade particular, e passa a pensar a autorrealização pelas regras da divisão do trabalho, pois os sujeitos, tendo consciência de sua individualidade por conta do cumprimento de seus deveres profissionais, estariam liberados de padrões tradicionais pré-estabelecidos como a honra, por exemplo. “o reconhecimento recíproco deve poder ser encontrado num sistema transparente de divisão funcional do trabalho” (MEAD, 2010, p.151).

2.3 Políticas Públicas de educação no ensino superior e ensino de engenharia

Para diversos autores como Deitos (2010); Hofling (2001); Fonseca (2009), as políticas públicas educacionais são constituintes das políticas sociais definidas pelo Estado, que por sua vez podem ser entendidas como ações para a proteção social, que visam diminuir as desigualdades sociais geradas em decorrência do desenvolvimento socioeconômico e dos meios de produção (o trabalho), havendo uma estreita relação entre estes.

As políticas sociais têm suas raízes nos movimentos populares do século XIX, no desenvolvimento da revolução industrial, com o surgimento dos conflitos entre capital e trabalho (HOFLING, 2011). Essas políticas sociais, que são responsabilidade do Estado, visam à manutenção das relações sociais, uma vez que o Estado faz a mediação entre as necessidades e interesses dos trabalhadores e dos proprietários. Essas políticas sociais devem contribuir para a solução de problemas e atingir a sociedade como um todo.

Mas para se entender as políticas públicas educacionais é necessário analisar o contexto econômico e social em que o país está inserido. No Brasil, atualmente, a relação entre Estado e política educacional é feita sob um viés neoliberal, conforme Hofling (2011) e Deitos (2010), pela qual defende-se a iniciativa individual como base da atividade econômica, atribuindo ao Estado a garantia do direito à vida, à liberdade, à propriedade privada, mas não os concedendo para o sujeito, assim, não podendo interferir nela.

E sendo o Estado um mediador de interesses, a política educacional teria como função estabelecer um máximo de opções de troca para o capital e força de trabalho, de modo a maximizar a probabilidade de todas as classes ingressarem nas relações de produção.

Embora pareçam ser um benefício, as políticas sociais e educacionais são um meio para as lutas sociais de determinada sociedade, pois o que se está em jogo é a riqueza produzida e sua divisão entre as classes. Assim, o Estado organiza seu poder de forma que suas ações apareçam como um interesse geral da sociedade, mas que é exercido através do uso da lei (consenso e força) e de outras mediações e organismos constituintes do governo (DEITOS, 2010).

Isso fica muito claro se analisarmos a educação no Brasil, por exemplo, a partir da década de 1960, na implementação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB). Embora o processo de se planejar a educação se deu desde o início da década de 1930



(Fonseca, 2009), orientado por valores democráticos de acesso à escola e igualdade, com incentivos à formação do indivíduo como um todo, o mesmo foi descartado e substituído tão logo se instaurou o Estado Novo, em 1937. Prevaleceu a diretriz imposta por este governo, com foco na formação para o trabalho, apoiado por setores sociais que se uniram a ele, ideologicamente: os militares e a igreja; com a inserção do ensino religioso e cívico-moral. Assim, aprendia-se a hierarquia e disciplina, valores necessários nos meios de produção.

Nos anos que seguiram, com os diversos governos, não ocorreram mudanças significativas nas políticas educacionais, pelo contrário, a vinculação entre economia e educação ficou mais forte, através das teorias de capital humano e do enfoque de mão de obra (Fonseca, 2009), a partir da qual a educação se torna essencial para o crescimento econômico dos países. Assim, o sistema educacional deve ser capaz de formar cidadãos com competências técnicas para o emprego, excluindo o ensino humanístico da compreensão das condições políticas e ideológicas o qual está inserido na sociedade.

Essas questões ficam mais fortes com a implementação de uma política neoliberal no país, no período de 1985 a 2005, quando o Estado justifica o atraso econômico por conta da falta da educação elementar. A prioridade, então, passa a ser o ensino voltado para as novas exigências econômicas e políticas requeridas pela globalização (DEITOS, 2010).

Os neoliberais defendem uma estratégia descentralizada sobre a política educacional, em que o Estado não seja responsável pela educação e suas ações sejam articuladas com a iniciativa privada, deixando a cargo dos indivíduos a escolha sobre o que aprender. Atualmente há essa divisão, que é parcial, através da existência de escolas privadas de todos os níveis, mas o Estado ainda detém o poder de definição do que, como e quando será aprendido, devendo essas instituições obedecer aos princípios definidos por ele.

O processo de definição de políticas públicas reflete os conflitos de interesses, os arranjos feitos nas esferas de poder que perpassam as instituições do Estado e da sociedade, pois a relação entre eles – grau de proximidade, formas de comunicação, órgãos públicos – refletem e incorporam fatores culturais e sociais, interferindo nas políticas pensadas para essa sociedade.

No que diz respeito ao ensino superior, a universidade e os cursos ainda se estruturam a partir de uma divisão de saberes e disciplinas estanques que reflete o modelo industrial do século XIX, a divisão da linha de montagem industrial em que um setor parece isolado e independente do outro no processo de produção (LOPES, 2009).

A política educacional deve servir para formar cidadãos de forma significativa e a mais ampla possível no sentido de equalizar, em importância, liberdade e igualdade, não somente para o mercado de trabalho, mas para que se desenvolva, como sujeito, no âmbito pessoal e profissional. Inclusive, é o que preconiza as leis e diretrizes, mas que na prática não ocorre.

2.4 Ensino de engenharia

Na engenharia, a busca e aplicação da informação são feitas de uma maneira muito rápida, sendo cobrado dos profissionais que se tenha visão generalista, humanista, crítica e reflexiva, que tenham condições de absorver e desenvolver novas tecnologias, que possuam uma atuação crítica e criativa na identificação e resolução de problemas, considerando seus aspectos políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais, com visão ética e humanística, em atendimento às demandas da sociedade.

O parágrafo acima é uma adaptação do artigo terceiro da Resolução CNE/CES 11, de 11 de março de 2002, que Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Engenharia. Tanto a sociedade e o mercado de trabalho clamam por profissionais que



saibam aliar teoria e prática, e que consigam encontrar a melhor solução para um determinado problema, que seja bom para todos os envolvidos.

Na prática, ocorre o ensino engessado, que prioriza a formação tecnicista em detrimento da humanista (SILVA; CECÍLIO, 2007). O engenheiro formado sai da faculdade sabendo calcular, mas com sérias dificuldades para colocar em prática o que aprendeu e entender o meio em que vive e como melhorá-lo.

Essa forma de educação profissional relaciona-se com a forma como são instituídas as políticas públicas para educação que, como visto anteriormente, está embasado em processos neoliberais, com foco no aprendizado técnico e não humanista. Na proposta de ensino liberal, a escola é vista como espaço que fornece condições para todos os indivíduos se desenvolverem, tendo o Estado como regulador, mas, com o militarismo em 1964, o que ocorreu foi uma reforma do ensino de encontro com a Teoria do Capital Humano (Germano, 1990), que vincula a educação e mercado de trabalho à produção através do Decreto-Lei nº 5540 em 1968. Assim, o currículo escolar do ensino superior passa a ser pensado em direção ao mercado de trabalho, em especial nas áreas de formação de professores de nível médio, medicina, engenharias e outros de caráter técnico.

No Decreto Lei 5540\68 observa-se a fragmentação curricular, que se assemelha à produção de uma empresa, ou seja, é a educação voltada para o mercado de trabalho, não para a crítica. O isolamento das disciplinas, o foco em disciplinas técnicas e não na criticidade do todo e o reforço no individualismo e da competitividade como critério de progressão (as notas), fazem com que a educação, o ensino seja moldado de acordo com as necessidades do mercado.

Já a resolução CNE/CES 11/2002 foi realizada em conjunto com o Conselho Nacional da Educação (CNE), o Ministério da Educação e Cultura (MEC) e participação de várias instituições de ensino, instituições profissionais e instituições interessadas no ensino de graduação. Anteriormente, o ensino de engenharia obedecia à Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996, a Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB).

Nesta proposta de Diretrizes Curriculares, o antigo conceito de currículo, entendido como grade curricular que formaliza a estrutura de um curso de graduação, é substituído por um conceito bem mais amplo, que pode ser traduzido pelo conjunto de experiências que o estudante incorpora durante o processo de aprendizado. Assim, o currículo passa a ser o conjunto entre atividades complementares realizadas fora da sala de aula, papel ativo por parte do aluno na construção do conhecimento e aprendizagem e inovação da grade curricular.

O desafio que se apresenta o ensino de engenharia no Brasil é um cenário mundial que demanda uso intensivo da ciência e tecnologia e exige profissionais altamente qualificados. E o conceito de qualificação vem se alterando, com a presença cada vez maior de componentes associadas às capacidades de coordenar informações, interagir com pessoas, interpretar de maneira dinâmica a realidade. O novo engenheiro deve ser capaz de propor soluções que sejam não apenas tecnicamente corretas, ele deve ter a ambição de considerar os problemas em sua totalidade, em sua inserção numa cadeia de causas e efeitos de múltiplas dimensões.

As Instituições de Ensino Superior (IES) no Brasil têm procurado, através de reformas periódicas de seus currículos, equacionar esses problemas. Mas na grande maioria, as mudanças no trabalho do engenheiro ainda não foram captadas e traduzidas em inovação de ensino (Carvalho et al, 2001). Ainda há o ensino tradicional, com excessivo apego à técnica, que centraliza o conteúdo no professor, que transmite o conhecimento em doses e sessões programadas. Mas essa teoria não é contextualizada e os problemas resolvidos em sala em sua maioria estão longe da realidade profissional.

Historicamente pode-se perceber que a educação é voltada para a técnica, e suas políticas educacionais são produzidas por um Estado que tem seus próprios interesses e intermedia os



processos de produção. Fica evidente que não é interessante para o Estado o ensino humanista e não passa de dicotomia a exigência constante na atual Resolução CNE/CES 11/2002. O Estado exige algo que ele próprio não é capaz (ou não tem interesse) de dar.

As instituições de ensino - estruturas socialmente construídas que direcionam a ação de indivíduos e grupos - por sua vez, determinam certos papéis para os indivíduos, condicionando o comportamento dos mesmos, uma vez que sua ação é programada para o que é adequado ou não fazer em determinada situação, pois “a socialização pela qual os indivíduos passam dentro de uma dada instituição tenda a moldar-lhes as preferências, as ideias, as percepções e até mesmo os afetos” (Couto, 2015, p.481). Assim, fica evidente que a forma como se ensina como “ser engenheiro” é baseada nas relações dentro da sala de aula. Isso nos leva a pensar a forma como o ensino está sendo realizado. O professor tem noção de sua responsabilidade e de sua importância para a formação – não somente técnica – mas pessoal de seu aluno? Possui conhecimento sobre os processos de formação identitária e posteriormente de reconhecimento destes? Uma vez que estas são desenvolvidas em seu meio social através da intersubjetividade, que modelos de conduta o professor está passando para seus alunos?

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As habilidades e competências necessárias para o exercício profissional do engenheiro civil são aprendidas durante o ensino e vivências intersubjetivas entre os professores. A forma como esse professor vê esse aluno como futuro profissional e vice-versa é importante na formação identitária do aluno, que, se bem formada interfere no reconhecimento entre os pares. Assim, é importante que os professores revejam a forma como ministram seu conteúdo e conhecimento, de forma a permitir um maior reconhecimento entre os pares, fazendo com que a sociedade consiga alterar a forma como vê este profissional..

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BECHI, D. Luta por reconhecimento e a formação da identidade na teoria crítica de Axel Honneth. Revista Espaço Acadêmico, n.165, fev/2015.
- BENDASSOLI, P. Reconhecimento no trabalho: perspectivas e questões contemporâneas. Revista Psicologia em estudo, Maringá, v.17, n.1, p.37-46, jan/mar.2012.
- CARVALHO et al. Aprendizagem significativa no ensino de engenharia. Revista Produção. V.11 n.1, novembro 2001.
- COUTO, C.G. Instituições políticas. In: Dicionário de políticas públicas (org. Giovanini, G.D e Nogueira, M.A.). São Paulo: Ed. Unesp. Fundap. 2ª ed. 2015.
- DEITOS, R.A. Políticas públicas e educação: aspectos teórico-ideológicos e socioeconômicos. Revista Acta Scientiarum Education. Maringá, v. 32, n.2, p.209-218, 2010.
- FONSECA, M. Políticas públicas para a qualidade da educação brasileira: entre o utilitarismo econômico e a responsabilidade social. Caderno Cedes, Campinas, vol.29, n.78, p.153-177, mai/ago.2009.



GERMANO, J.W. Estado militar e educação no Brasil: 1964/1985: Um estudo sobre a política educacional. Tese (doutorado). Faculdade de Educação. Universidade Estadual de Campinas. 1990. 444p.

HOFLING, E.M. Estado e políticas (públicas) sociais. Caderno Cedes, ano XXI, nº 55, Novembro/2001.

HONNETH, A. Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais. Tradução de Luiz Repa; apresentação de Marcos Nobre. São Paulo: Ed. 34, 2ªed. 2009. 296 p.

MARTINS, E.S. Os papéis sociais na formação do cenário social e da identidade. Kínesis, Vol. II, nº 04, Dezembro-2010, p. 40-52. Disponível em <<http://www.marilia.unesp.br/Home/RevistasEletronicas/Kinesis/Ospapeissociaisnaformacao.pdf>> acesso em 10.03.17.

MEAD, G. *Mente, Self e Sociedade*. Charles W. Morris (org). Tradução Maria Silvia Mourão. Aparecida/SP: Ideias & Letras, 2010 (Coleção subjetividade contemporânea).

SAFATLE, V. A forma institucional da negação: Hegel, Liberdade e os Fundamentos do estado moderno. Revista Kriterion, Belo Horizonte, nº 125, Jun/2012, p. 149-178.

SILVA, L.P, CECÍLIO, S. A mudança no modelo de ensino e de formação na engenharia. Educação em Revista, Belo Horizonte, v.45, p.61-80, jun.2007 PERES, Adriano; BARBI, Ivo; UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA, Centro Tecnológico. Uma nova família de inversores com comutação suave empregando a técnica de grampeamento ativo, 2000. 162p, il. Tese (Doutorado).

INTERSUBJECTIVE RECOGNITION FOR TRAINING THE CIVIL ENGINEER'S PROFESSIONAL IDENTITY

Abstract: *Engineers play a key role in the country's technological development, with its training focused on methods and techniques, generally excluding aspects of personal development such as professional identity, which are linked to recognition through intersubjectivity, embedded in the paradox between prestige and Legitimation of the profession. This article aims to initiate the discussion between the relations between recognition and formation of the professional identity of the civil engineer, in the school context and analyzing if, if the teachers are sensitized to the recognition, and consequently to the professional identity, a Change in the way society sees this professional, breaking with the existing paradox and legitimizing the profession. It is intended that the research contribute to the debate in the field of engineering education, more specifically of civil engineering, since it is configured as an important and necessary area for the technological development of the country, there are no papers that discuss the theme of teaching, Recognition and professional identity.*

Key-words: *Recognition, Professional identity, Civil Engineer.*

Organização



Promoção



Joinville/SC – 26 a 29 de Setembro de 2017
UDESC/UNISOCIESC
“Inovação no Ensino/Aprendizagem em
Engenharia”



COBENGE 2017
XLV CONGRESSO BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO EM ENGENHARIA

Organização



Promoção

